



Governo do Estado do Acre
Secretaria de Estado da Gestão Administrativa - SGA
Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPC

Concurso Público para
AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

CÓDIGO DA PROVA

S01 V
MANHÃ

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu Cartão de Respostas. De acordo com o edital, o candidato que fizer prova com código diferente será eliminado.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DE ARISTÓTELES PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras.”

ATENÇÃO:

Duração da prova: 5 horas.

Este caderno contém 80 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	1
Noções de Informática	5	1
Raciocínio Lógico	5	1
Noções de Direito Administrativo	10	1
Noções de Direito Constitucional	10	1
Noções de Direito Penal	10	2
Noções de Direito Processual Penal	10	2
Legislação de Direito Penal e Processual Penal Especial	10	1
Noções de Medicina Legal	10	1

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Texto para responder às questões de 01 a 10.

O Dia da Consciência Negra

[...]

O assunto é delicado; em questão de raça, deve-se tocar nela com dedos de veludo. Pode ser que eu esteja errada, mas parece que no tema de raça, racismo, negritude, branquitude, nós caímos em preconceito igual ao dos racistas. O europeu colonizador tem - ou tinha - uma lei: teve uma parte de sangue negro - é negro. Por pequena que seja a gota de sangue negro no indivíduo, polui-se a nobre linfa ariana, e o portador da mistura é “declarado negro”. E os mestiços aceitam a definição e - meiores, quarteirões, octorões - se dizem altivamente “negros”, quando isso não é verdade. Ao se afirmar “negro” o mestiço faz bonito, pois assume no total a cor que o branco despreza. Mas ao mesmo tempo está assumindo também o preconceito do branco contra o mestiço. Vira racista, porque, dizendo-se negro, renega a sua condição de mulato, mestiço, half-breed, meia casta, marabá, desprezados pela branquitude. Aliás, é geral no mundo a noção exacerbada de raça, que não afeta só os brancos, mas os amarelos, vermelhos, negros; todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.

Eu acho que um povo mestiço, como nós, deveria assumir tranquilamente essa sua condição de mestiço; em vez de se dizer negro por bravata, por desafio - o que é bonito, sinal de orgulho, mas sinal de preconceito também. Os campeões nossos da negritude, todos eles, se dizem simplesmente negros. Acham feio, quem sabe até humilhante, se declararem mestiços, ou meio brancos, como na verdade o são. “Black is beautiful” eu também acho. Mas mulato é lindo também, seja qual for a dose da sua mistura de raça. Houve um tempo, antes de se desenvolver no mundo a reação antirracista, em que até se fazia aqui no Rio o concurso “rainha das mulatas”. Mas a distinção só valia para a mulata jovem e bela. Preconceito também e dos péssimos, pois a mulata só era valorizada como objeto sexual, capaz de satisfazer a consciência dos homens.

A gente não pode se deixar cair nessa armadilha dos brancos. A gente tem de assumir a nossa mulataria. Qual brasileiro pode jurar que tem sangue “puro” nas veias, - branco, negro, árabe, japonês?

Vejam a lição de Gilberto Freyre, tão bonita. Nós todos somos mestiços, mulatos, morenos, em dosagens várias. Os casos de branco puro são exceção (como os de índios puros - tais os remanescentes de tribos que certos antropólogos querem manter isolados, geneticamente puros - fósseis vivos - para eles estudarem...). Não vale

indagar se a nossa avó chegou aqui de caravela ou de navio negreiro, se nasceu em taba de índio ou na casa-grande. Todas elas somos nós, qualquer procedência Tudo é brasileiro. Quando uma amiga minha, doutora, participante ilustre de um congresso médico, me declarou orgulhosa “eu sou negra” - não resisti e perguntei: “Por que você tem vergonha de ser mulata?” Ela quase se zangou. Mas quem tinha razão era eu. Na paixão da luta contra a estupidez dos brancos, os mestiços caem justamente na posição que o branco prega: negro de um lado, branco do outro. Teve uma gota de sangue africano é negro - mas tendo uma gota de sangue branco será declarado branco? Não é.

Ah, meus irmãos, pensem bem. Mulata, mulato também são bonitos e quanto! E nós todos somos mesmo mestiços, com muita honra, ou morenos, como o queria o grande Freyre. Raça morena, estamos apurando. Daqui a 500 anos será reconhecida como “zootecnicamente pura” tal como se diz de bois e de cavalos. Se é assim que eles gostam!

QUEIROZ, Rachel. O Dia da Consciência Negra. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 23 nov. 2002. Brasil, caderno 2, p. D16.

Vocabulário:

half-bread: mestiço.

marabá: meluco.

meião, quarteirão e octorão: pessoas que têm, respectivamente, metade, um quarto e um oitavo de sangue negro.

“Black is beautiful”: “O negro é bonito”

Questão 01

Sobre o texto leia as afirmativas a seguir.

- I. A autora mostra sua opinião sobre uma questão de cidadania a fim de fazer com que o leitor pare para refletir e valorize o mestiço como raça, não como estereótipo de beleza ou de sexualidade.
- II. A referência ao europeu colonizador norteia a discussão e aponta para a importância da data além de enfatizar o orgulho do negro.
- III. A autora conta os acontecimentos, situando-os no tempo e no espaço, chamando atenção para uma verdade peculiar ao século passado.

Está correto o que se afirma em:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I, apenas.
- D) I, II e III.
- E) I e III, apenas.

Questão 02

A invenção da escrita tornou possível a um ser humano criar num dado tempo e lugar uma série de sinais, a que pode reagir outro ser humano, noutro tempo e lugar. Portanto, é verdadeiro afirmar que alguns textos literários promovem interação autor/leitor.

Aponte a alternativa que possui uma transcrição que comprova que o texto dialoga diretamente com o leitor.

- A) “Não vale indagar se a nossa avó chegou aqui de caravela ou de navio negreiro, se nasceu em taba de índio ou na casa-grande.”
- B) “Ao se afirmar “negro” o mestiço faz bonito, pois assume no total a cor que o branco despreza.”
- C) “O europeu colonizador tem - ou tinha - uma lei: teve uma parte de sangue negro - é negro.”
- D) “O assunto é delicado; em questão de raça, deve-se tocar nela com dedos de veludo.”
- E) “Preconceito também e dos péssimos, pois a mulata só era valorizada como objeto sexual, capaz de satisfazer a consciência dos homens.”

Questão 03

Considerando as posições expressas no texto em relação à valorização do mestiço, é correto afirmar que:

- A) o elogio ao mulato reside na valorização da negritude e da dose da sua mistura de raça.
- B) o adjetivo PURO, no terceiro parágrafo, refere-se à importância da mulataria do povo brasileiro.
- C) o articulador MAS em “Mas quem tinha razão era eu.” introduz uma ideia que se contrapõe ao que foi dito anteriormente.
- D) entre os pares NEGRO/MESTIÇO e NEGRA/MULATA estabelece-se, no texto uma relação semântica de igualdade.
- E) o verbo POLUI-se, em “polui-se a nobre linfa ariana” valoriza a negação do preconceito diante dos que são racistas.

Questão 04

Rachel de Queiroz inicia o quarto parágrafo fazendo referência ao escritor Gilberto Freyre, recorrendo a um recurso comum a textos dissertativos argumentativos.

Esse recurso constitui um argumento de:

- A) autoridade.
- B) proporcionalidade.
- C) contestação.
- D) causalidade.
- E) contraposição.

Questão 05

Sobre o elemento destacado em “Não vale indagar SE a nossa avó chegou aqui de caravela ou de navio negreiro” é correto afirmar que:

- A) é uma conjunção adverbial que introduz um adjunto adverbial.
- B) é uma conjunção condicional que enuncia uma dúvida.
- C) atribui ideia reflexiva à oração a que pertence.
- D) introduz uma oração que é complemento nominal da primeira oração.
- E) inicia uma oração cuja função sintática é objeto direto.

Questão 06

Observe os verbos destacados nos fragmentos a seguir.

1. “**HOUVE** um tempo, antes de se desenvolver no mundo a reação antirracista, em que até se fazia aqui no Rio o concurso 'rainha das mulatas'”
2. “Por pequena que seja a gota de sangue negro no indivíduo, **POLUI-SE** a nobre linfa ariana, e o portador da mistura é 'declarado negro'”.

Com base nas regras de concordância da norma-padrão, sobre os verbos destacados, é possível afirmar corretamente que:

- A) no fragmento 2, o verbo não concorda com o sujeito ao qual se refere.
- B) a concordância, no fragmento 2, foi realizada à vista de A GOTA DE SANGUE NEGRO NO INDIVÍDUO.
- C) no fragmento 1, o verbo indica tempo transcorrido, por isso permanece no singular.
- D) mesmo que o fragmento 1 fosse flexionado no plural, o verbo permaneceria no singular.
- E) em ambos fragmentos, os verbos destacados, por serem defectivos, devem permanecer no singular.

Questão 07

“(como os de índios puros – tais os remanescentes de tribos que certos antropólogos querem manter isolados, geneticamente puros – fósseis vivos - para eles estudarem...)”. Em relação à “como os de índios puros”, o trecho entre travessões tem o objetivo principal de apresentar uma:

- A) enumeração.
- B) ressalva.
- C) comparação.
- D) especificação.
- E) contradição.

Questão 08

O trecho “Aliás, é geral no mundo a noção exacerbada de raça, que não afeta só os brancos, mas os amarelos, vermelhos, negros; todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.” poderia ser reescrito, sem prejuízo de significado nem do uso adequado da norma-padrão, da seguinte forma:

- A) Na verdade, é geral no mundo a noção exacerbada de raça, a qual não afeta só os brancos, mas os amarelos, vermelhos, negros; todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.
- B) No entanto, no mundo geral, a noção exacerbada de raça, que não afeta só os brancos, mas, sobretudo, os amarelos, vermelhos, negros; todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.
- C) Aliás, é geral no mundo a noção exacerbada de raça, onde afeta não só os brancos, mas os amarelos, vermelhos, negros; todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.
- D) Embora seja geral no mundo, a noção exacerbada de raça, afeta tão somente os brancos, à medida que, amarelos, vermelhos, negros, todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.
- E) Porquanto, é geral no mundo a noção exacerbada de raça, que não afeta só os brancos, mas também os amarelos, vermelhos, negros; todos desprezam o meia casta, exemplo vivo da infração à lei tribal.

Questão 09

As palavras destacadas em “se dizem **ALTIVAMENTE** 'negros', quando isso não é verdade” e “**GENETICAMENTE** puros – fósseis vivos - para eles estudarem...”. acrescentam um determinado valor aos elementos a que se referem.

Nos dois casos, esse valor pode ser classificado como:

- A) modo.
- B) tempo.
- C) instrumento.
- D) intensidade.
- E) afirmação.

Questão 10

Considere as seguintes afirmações sobre aspectos da construção do texto:

- I. Em “mas parece que no tema de raça, racismo, negritude, branquitude, nós **CAÍMOS** em preconceito... Por pequena que seja a gota de sangue negro do **INDIVÍDUO**”, as palavras destacadas recebem acento pela mesma regra de acentuação.
- II. Passando-se para o plural o trecho destacado em “todos desprezam o meia casta, **EXEMPLO VIVO DA INFRAÇÃO À LEI TRIBAL.**”, mantendo-se o A no singular, o sinal indicativo de crase, obrigatoriamente, não poderia ser usado.
- III. Em “E os mestiços aceitam a definição e - meiões, quarteirões, octorões - se dizem **altivamente** 'negros', quando **ISSO** não é verdade.”, o elemento destacado se refere a uma ideia anteriormente expressa.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I.
- C) II.
- D) II e III.
- E) I e III.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 11

Suponha que se queira copiar as pastas “Documentos” e “Imagens” que estão no diretório raiz de um computador a fim de salvá-los em outro disco. Qual tecla deve ser usada juntamente com o mouse para selecionar apenas essas duas pastas?

- A) Shift
- B) Ctrl
- C) Fn
- D) Tab
- E) Alt

Questão 12

Com relação aos sistemas operacionais, qual das afirmativas a seguir está correta?

- A) Windows XP é exemplo de um sistema operacional.
- B) Linux pertence e é vendido pela Microsoft.
- C) A função básica é proteger o computador contra o ataque de hackers.
- D) São responsáveis apenas pelo gerenciamento da memória do computador.
- E) Windows é um software livre e de código aberto.

Questão 13

Com relação à computação nas nuvens (cloud computing), analise as afirmativas a seguir.

- I. Uma desvantagem é em relação ao custo.
- II. Para sua utilização, é necessária uma conexão com a Internet.
- III. A palavra “nuvem” se refere à Internet.
- IV. Google, Amazon e Microsoft são exemplos de empresas líderes nesse serviço.

Estão corretas as afirmativas:

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Questão 14

No Microsoft Excel, qual dos operadores a seguir deve preceder a digitação de uma fórmula em uma célula?

- A) @
- B) #
- C) \$
- D) =
- E) +

Questão 15

Com relação ao firewall, é possível afirmar que:

- A) pode ser tanto um dispositivo de hardware quanto um software.
- B) bloqueia spam ou e-mail não solicitado.
- C) é um protocolo de transferência de arquivos sigilosos.
- D) trata-se do processo em que dados e arquivos são armazenados virtualmente.
- E) não segue regras específicas.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 16**

O agrônomo Pedro, muito cuidadoso com sua plantação de pimentas malaguetas, observa diariamente, junto com uma equipe de funcionários, o desenvolvimento dos frutos produzidos por suas pimenteiras. Em um determinado dia, verificou que uma praga havia destruído 1 de suas pimenteiras. No dia seguinte, mais 2 pimenteiras estavam totalmente destruídas. No terceiro dia, havia mais 4 pimenteiras destruídas pela praga. Pedro iniciou um processo de dedetização urgente, mas as pragas continuaram a destruir suas pimenteiras de acordo com a sequência até o décimo segundo dia, não destruindo mais nenhuma pimenteira do 13º dia em diante. Após a atuação desta forte praga, Pedro ficou com apenas 5 pimenteiras que não foram destruídas pela praga. Dessa forma, determine o número total de pimenteiras que Pedro tinha antes do aparecimento das pragas.

- A) 8196.
- B) 4100.
- C) 4096.
- D) 2053.
- E) 2048.

Questão 17

A Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) investiga 550 inquéritos de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Conforme a delegada de Polícia Civil, Elenice Frez Carvalho, as investigações são de crimes sexuais, homicídios, maus-tratos e abandono de capaz. Disponível em: <<https://goo.gl/MwtGI6>> Acesso em 24 mar. 2017

Supondo que nesta delegacia trabalham 11 agentes policiais, sendo 7 policiais do sexo masculino e 4 policiais do sexo feminino e ainda que a equipe de investigação que será montada, deverá ser composta por 6 agentes policiais, sendo pelo menos 2 destes agentes do sexo feminino, determine o número de possibilidades distintas que a delegada terá para montar a equipe de investigação.

- A) 371
- B) 343
- C) 102
- D) 434
- E) 468

Questão 18

Um sorteio será realizado para selecionar o vencedor de uma viagem de fim de ano. Este sorteio será realizado com o auxílio de um globo, que contém 9 bolas idênticas, mas numeradas de 1 a 9, cada uma contendo apenas um único algarismo. Se o sorteio será aleatório e sem reposição para o preenchimento de um número de 3 algarismos, qual a probabilidade de ser sorteado um número composto por três algarismos consecutivos e em ordem crescente?

- A) $\frac{1}{72}$
- B) $\frac{7}{9^9}$
- C) $\frac{7}{3^6}$
- D) $\frac{1}{3^{18}}$
- E) $\frac{392}{9^2}$

Questão 19

Sabe-se que se Zeca comprou um apontador de lápis azul, então João gosta de suco de laranja. Se João gosta de suco de laranja, então Emílio vai ao cinema. Considerando que Emílio não foi ao cinema, pode-se afirmar que:

- A) Emílio não comprou um apontador de lápis azul.
- B) Zeca não comprou um apontador de lápis azul.
- C) Zeca não gosta de suco de laranja.
- D) João não comprou um apontador de lápis azul.
- E) Zeca não foi ao cinema.

Questão 20

Falar que é verdade que “para todo policial, se o policial é civil e se o policial é investigador, então o policial está em ação” é logicamente equivalente a falar que não é verdade que:

- A) alguns civis investigadores estão em ação.
- B) alguns civis que não são investigadores estão em ação.
- C) alguém que não é um civil investigador está em ação.
- D) nenhum civil investigador não está em ação.
- E) existe um civil investigador que não está em ação.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 21**

No que tange aos princípios que informam o Direito Administrativo Brasileiro e aos atos administrativos, é correto afirmar:

- A) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- B) Conforme expressa indicação constitucional, o princípio da eficiência é absoluto no Direito Administrativo Brasileiro, de modo que os processos e procedimento de controle devem ser afastados sempre que gerarem aumento de gastos para a Administração Pública.
- C) O acordo de designações recíprocas, a despeito de ser prática socialmente reprovada, não chega a constituir violação aos princípios da moralidade, impessoalidade, eficiência e isonomia.
- D) A Administração Pública pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- E) Constatado que um ato administrativo é ilegal, por vício originário ou superveniente, sua retirada do mundo jurídico é medida que deve ser operada imediatamente, porque o princípio da legalidade administrativo veda a aplicação do princípio da segurança jurídica para convalidar o ato inválido ou mesmo para estabilizá-lo.

Questão 22

Considerando os Poderes e Deveres da Administração Pública e dos administradores públicos, é correta a seguinte afirmação:

- A) A possibilidade do chefe de um órgão público emitir ordens e punir servidores que desrespeitem o ordenamento jurídico não possui arrimo no dever-poder de polícia, mas sim no dever-poder normativo.
- B) O dever-poder de polícia, também denominado de dever-poder disciplinar ou dever-poder da supremacia da administração perante os súditos, é a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.
- C) O dever-poder de polícia pressupõe uma prévia relação entre a Administração Pública e o administrado. Esta é a razão pela qual este dever-poder possui por fundamento a supremacia especial.
- D) O dever-poder normativo viabiliza que o Chefe do Poder Executivo expeça regulamentos para a fiel execução de leis.
- E) Verificado que um agente público integrante da estrutura organizacional da Administração Pública praticou uma infração funcional, o dever-poder de polícia autoriza que seu superior hierárquico aplique as sanções previstas para aquele agente.

Questão 23

Relativamente às disposições da Lei nº 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às sanções de improbidade administrativa independentemente de limites, como o valor da herança.
- B) Os atos de improbidade administrativa que importem prejuízo ao erário poderão resultar na perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- C) Como as sanções por ato de improbidade administrativa apenas são aplicáveis a agentes públicos, eventual particular que induza ou concorra para a prática de ato ímprobo apenas poderá ser responsabilizado na esfera criminal.
- D) Determinado agente público tornou-se réu em ação de improbidade administrativa. Segundo o Ministério Público, o aludido servidor teria causado lesão ao erário em razão de perda patrimonial de bens móveis do Estado do Acre. Durante o curso do processo judicial, o controle interno do órgão ao qual o servidor está lotado concluiu que o referido ato ímprobo não causou prejuízo ao erário. A partir desta informação superveniente do órgão de controle interno, não deverá haver aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa ao agente público processado.
- E) Estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos ímprobos praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Questão 24

Quanto aos temas órgão público, Estado, Governo e Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) um órgão público estadual pode ser criado por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Estadual ou por meio de Portaria de Secretário de Estado, desde que editada por delegação do Governador.
- B) a Administração Pública, sob o enfoque funcional, é representada pelos agentes públicos e seus bens.
- C) o órgão público é desprovido de personalidade jurídica. Assim, eventual prejuízo causado pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre deve ser imputado ao Estado do Acre.
- D) governo democraticamente eleito e Estado são noções intercambiáveis para o Direito Administrativo.
- E) fala-se em Administração Pública Extroversa para frisar a relação existente entre Administração Pública e seu corpo de agentes públicos.

Questão 25

Quanto à temática do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso administrativo interposto num processo administrativo, por dizer respeito apenas ao interessado, não pode ser considerado uma forma de controle da atividade administrativa, pois esta pressupõe uma abrangência coletiva.
- B) O Tribunal de Contas, órgão integrante do Poder Executivo, realiza o controle externo da administração pública por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- C) No exercício do controle da atividade administrativa, o Poder Judiciário deve, sempre que possível e por imposição constitucional, substituir-se ao gestor para valorar os critérios de oportunidade e conveniência que a Administração Pública considerou para editar o ato administrativo questionado.
- D) Por configurar ofensa à separação dos poderes, a Constituição Federal de 1988 veda o controle da administração pelo Poder Legislativo.
- E) Apesar de inexistir hierarquia entre a administração direta e a administração indireta, há a possibilidade de controle administrativo desta por aquela, e uma dessas formas de controle é a denominada tutela extraordinária.

Questão 26

A partir dos temas da centralização e descentralização administrativa, bem como dos entes da Administração indireta, assinale a alternativa correta.

- A) As agências reguladoras e as agências executivas, entes da Administração indireta, são espécies de autarquias públicas submetidas a um regime jurídico especial.
- B) Por expressa disposição constitucional, as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploram atividade econômica em razão de imperativos de segurança nacional, relevante interesse coletivo ou com finalidade lucrativa para obtenção de recursos para o Estado.
- C) A descentralização administrativa consiste na redistribuição de atribuições de um órgão para outros órgãos, desde que ocorrida dentro da mesma pessoa jurídica.
- D) Uma vez criada uma empresa pública estadual, a instituição de suas subsidiárias pode ser feita por meio de Decreto do Governador, sendo, assim, desnecessária autorização legislativa pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre.
- E) As autarquias públicas e as fundações públicas, entes da Administração direta, são pessoas jurídicas de direito público precipuamente voltadas para a atuação no mercado econômico por meio da exploração direta da atividade econômica.

Questão 27

Sobre o processo administrativo e as disposições constantes da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar:

- A) O recurso administrativo apenas tem cabimento em face de questões de legalidade. As questões de mérito devem ser discutidas judicialmente.
- B) Salvo disposição legal em sentido contrário, o recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas.
- C) Salvo disposição legal em contrário, o recurso administrativo tem efeito suspensivo.
- D) Um dos critérios a ser observado nos processos administrativos é o da interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitindo-se, inclusive, aplicação retroativa de nova interpretação.
- E) Uma das diferenças do instituto da revisão do processo administrativo para o instituto do recurso administrativo, é que na revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção anteriormente imposta, enquanto o recurso administrativo poderá resultar em agravamento da situação do recorrente.

Questão 28

Relativamente ao tema da competência administrativa no contexto da Lei nº 9.784/1999, há afirmativa correta em:

- A) É permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior. Para tanto, basta que a autoridade edite o ato administrativo avocatório no Diário Oficial, pois a dispensa da fundamentação, quanto aos motivos, decorre do próprio dever-poder hierárquico.
- B) A delegação de competência é vedada quando tem por razão circunstâncias de índole econômica ou jurídica.
- C) Não podem ser objeto de delegação de competência a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva de órgão ou autoridade.
- D) As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pela autoridade delegante.
- E) É vedada, como regra, a delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes, pois seria um caso de violação do princípio da colegialidade.

Questão 29

Quanto à responsabilidade civil do Estado e às espécies de agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- A) É admissível a responsabilidade civil do Estado por atos lícitos, com fundamento no princípio da igualdade, e não há óbice jurídico ao seu reconhecimento na via administrativa.
- B) O servidor público estatutário é aquele que tem seu vínculo jurídico com a Administração Pública regido por um contrato de trabalho.
- C) responsabilidade civil do Estado no Direito Administrativo Brasileiro é regida pela teoria do risco integral. Assim, o Estado não pode alegar caso fortuito ou força maior para eximir-se de sua responsabilidade perante os administrados.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável. Este direito de regresso há de ser exercido em uma demanda em que a responsabilidade do agente público é objetiva, sendo, assim, desimportante a verificação de sua culpa ou dolo.
- E) Um Deputado Estadual não pertence à categoria de agentes públicos denominada “agente político”, pois apenas vota projetos de lei, sem que represente a unidade do Poder Legislativo Estadual. Esta visão torna-se ainda mais acentuada quando há divergência na aprovação dos projetos de lei.

Questão 30

Quanto ao conceito de Direito Administrativo, às responsabilidades dos servidores públicos civis, aos atos administrativos, ao controle da Administração Pública e ao processo administrativo regido pela Lei nº 9.784/1999, é correto o que se afirma em:

- A) O Poder Judiciário não pode praticar atos administrativos, mas apenas atos da administração.
- B) Os servidores públicos civis podem, como regra, ser responsabilizados, de modo concomitante, nas esferas civil, criminal e administrativa.
- C) O administrado tem o direito de ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores. Contudo, este direito não implica na possibilidade de exigência da Administração, pelo administrado, de um dever de facilitação do exercício de seus direitos.
- D) O Direito Administrativo é um conjunto de regras e princípios que confere poderes desfrutáveis pelo Estado para a consecução do bem comum e da finalidade pública. Esta concepção, portanto, não compreende deveres da Administração em favor dos administrados que, para este ramo do direito, são objetos da relação jurídico-administrativa.
- E) O controle da Administração Pública no Brasil é realizado por meio do sistema do contencioso administrativo.

Questão 31

No âmbito da repartição vertical de competências, compete à União estabelecer normas gerais, vale dizer, diretrizes essenciais de comportamento. Com base nesta afirmação, assinale a alternativa correta.

- A) Caso a União não edite as normas gerais, os demais entes federados devem impetrar mandado de segurança perante o STF para que seus direitos sejam resguardados.
- B) Os Estados e o Distrito Federal não possuem competência suplementar complementar.
- C) A CRFB/88 não adotou a teoria da repartição vertical concorrente não cumulativa, mas sim a teoria da repartição vertical concorrente cumulativa.
- D) Se a União não editar as normas gerais, os demais entes federativos poderão legislar de forma plena sobre a matéria. Contudo, caso a União edite posteriormente as normas gerais, as normas estaduais que lhe forem contrárias serão revogadas.
- E) Os Municípios são dotados de competência suplementar complementar, no que for cabível.

Questão 32

Leia a seguir os seguintes artigos enunciados pela CRFB/88 e, a partir dos respectivos conteúdos, responda.

1. Artigo 5º, XXXVII: "Inexiste juízo ou tribunal de exceção".
2. Artigo 5º, LIII: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente".

Qual princípio a seguir melhor sintetiza o conteúdo?

- A) Contraditório.
- B) Do juiz e do promotor natural.
- C) Duplo grau de jurisdição.
- D) Razoabilidade.
- E) Ampla Defesa.

Questão 33

Cento e setenta deputados federais resolvem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de investigar atuação da FUNAI e do INCRA na demarcação de terras indígenas. No curso da CPI, os parlamentares ouviram investigados, bem como testemunhas. Determinaram prisões preventivas, impediram a saída de investigado da comarca, obrigaram o comparecimento forçado de testemunhas faltosas, determinaram quebras de sigilos bancário, fiscal e de interceptação telefônica, bem como determinaram realização de perícias. Considerando apenas as informações contidas no caso em referência, assinale a alternativa correta, de acordo com o tema Poder Legislativo e CPI.

- A) Agiu corretamente ao quebrar os sigilos bancário e fiscal e decretar interceptação telefônica, vez que possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- B) Não agiu corretamente ao decretar a prisão preventiva, tendo em vista que CPIs não são dotadas de poder geral de cautela.
- C) No caso em tela, fora inobservado o quórum exigido constitucionalmente para criação de CPI, qual seja, 3/5 dos deputados federais.
- D) Segundo o STF a intimação de testemunha e indiciado pode ser feita por via de comunicação telefônica ou via postal.
- E) Agiu corretamente ao impedir a saída de investigado da comarca, mas incorreu em erro ao determinar perícias.

Questão 34

Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- A) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples ao passo que as leis ordinárias serão aprovadas por maioria absoluta.
- B) O veto será apreciado em sessão separada, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos deputados e senadores.
- C) A CRFB/88 exige que a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente do Supremo Tribunal Federal tenha início no Senado Federal.
- D) O Congresso Nacional não pode sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem a esfera do poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa.
- E) Projetos de lei, enviados pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados, podem ser alterados por meio de emendas parlamentares, desde que não acarretem aumento de despesa e haja pertinência temática.

Questão 35

A quem compete julgar os crimes de responsabilidade cometidos pelo Advogado-Geral da União?

- A) Senado Federal
- B) Supremo Tribunal Federal
- C) Tribunal Regional Federal
- D) Superior Tribunal de Justiça
- E) Câmara dos Deputados

Questão 36

Euclênio, jornalista, teve seu telefone interceptado para que fosse descoberta a fonte de uma reportagem, uma vez que alguém repassara informações a ele para uma matéria sobre corrupção no poder público. A polícia civil, ao elaborar a representação pela receptação telefônica sustentou que a fonte do jornalista participara de um esquema de desvio de verbas públicas e sua identificação seria imprescindível para o sucesso da investigação. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) o jornalista não poderia ser interceptado em hipótese alguma, pois a CRFB/88 lhe garante a cláusula de reserva absoluta.
- B) a interceptação telefônica é legal, mesmo que o jornalista não tenha participado do crime, devendo ser considerado que o sigilo da fonte não foi arrolado entre os direitos fundamentais.
- C) a interceptação telefônica é ilegal porquanto o jornalista não tenha participação no crime e a CRFB/88 estabeleça o sigilo da fonte como direito individual.
- D) considera-se a interceptação telefônica ilegal, tendo em vista que o jornalista não participou do crime, contudo não há previsão constitucional ao sigilo da fonte.
- E) em que pese o sigilo da fonte ser um direito fundamental, a interceptação telefônica é legal, mesmo que o jornalista não tenha participado do crime.

Questão 37

Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- A) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente nos crimes comuns os Ministros de Estado.
- B) O magistrado pode ser removido por interesse público, mediante decisão da maioria simples dos membros do tribunal ao qual ele está alocado.
- C) A vitaliciedade, nos Tribunais, será adquirida após dois anos de efetivo exercício da atividade.
- D) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário, pois exerce controle externo sobre ele.
- E) Os ministros do STF podem perder o cargo em condenação por crime de responsabilidade no Senado.

Questão 38

Bartholomeu, dois meses antes de se eleger a deputado federal, cometeu crime de homicídio contra seu desafeto. O crime, no entanto, só foi descoberto após a diplomação. À luz das imunidades parlamentares, Bartholomeu:

- A) não terá imunidade formal em relação ao processo, mas haverá deslocamento de competência para o STF.
- B) terá imunidade formal em relação ao processo, considerando que o crime fora descoberto após a diplomação.
- C) terá imunidade formal em relação ao processo, mas não em relação à prisão.
- D) não terá imunidade formal em relação ao processo, sendo julgado pela justiça de primeiro grau.
- E) terá imunidade formal em relação ao processo sendo sustada a ação penal.

Questão 39

Acerca das disposições constitucionais sobre segurança pública, assinale a alternativa correta.

- A) O STF definiu o rol do artigo 144, CRFB/88 como exemplificativo, de modo que é permitida, aos Estados, a instituição de polícias penitenciárias ou outros modelos de policiamento desde que, em Constituição Estadual.
- B) As polícias militares são forças auxiliares e reservas do exército, embora subordinadas aos governadores de Estado, e têm como atribuição constitucional, entre outras, a lavratura de termos circunstanciados e, nos crimes militares, a investigação policial.
- C) As leis sobre segurança nos três planos federativos de governo devem estar em conformidade com a CRFB/88, assim como as respectivas estruturas administrativas e as próprias ações concretas das autoridades policiais.
- D) A polícia marítima é exercida pela Polícia Rodoviária Federal e tem atuação em portos prestando-se, ao controle da entrada e da saída de pessoas e bens do país.
- E) É proibida a instituição, pela União, de órgãos com propósito de coordenar as políticas de segurança e de integrá-las com outras ações do governo, de modo que se contesta a instituição da secretária nacional antidrogas.

Questão 40

Epitácio, brasileiro naturalizado, cometera crime de tráfico ilícito de drogas, na Itália, antes de sua naturalização. Considerando que: 1) A Itália requereu sua extradição ao Brasil; 2) Epitácio casou-se com uma brasileira nata e deste relacionamento adveio um filho, assinale a alternativa correta.

- A) O STF, em reiteradas decisões, decidiu que a constituição de filho brasileiro impede a extradição, em observância ao princípio do melhor interesse do menor.
- B) Configura o caso hipótese de deportação. Diferentemente da extradição e da expulsão, a deportação é a entrega por um Estado a outro, a requerimento deste, de pessoa que nele deva responder a processo penal ou cumprir pena.
- C) A CRFB/88 veda expressamente a extradição de brasileiro naturalizado em caso de crime comum praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de drogas.
- D) Epitácio poderá ser extraditado, tendo em vista que não impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro.
- E) A hipótese narrada, no caso em tela, é de expulsão, tendo em vista que a CRFB/88 não permite que brasileiro naturalizado tenha cometido crime, por se tornar nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL**Questão 41**

O delito de sequestro ou cárcere privado é classificado como crime:

- A) habitual e de perigo.
- B) permanente e de dano.
- C) continuado e de dano.
- D) continuado e de perigo.
- E) permanente e de perigo.

Questão 42

Assinale a hipótese que contempla um crime de violência doméstica (art. 129, § 9º, CP).

- A) Durante uma discussão com a ex-esposa sobre a guarda dos filhos, Gervásio desferiu um soco na boca da mulher, quebrando vários de seus dentes, o que, consoante laudo pericial, lhe causou debilidade permanente de função.
- B) Manolo, ao chegar bêbado em casa e sem qualquer intenção especial, passa a bater em seu filho Ernesto, de 18 anos, que, por respeito ao pai, não revida. No evento, Ernesto suporta lesões leves.
- C) Bertoldo, em casa, ao efetuar reparos em um lustre, culposamente deixa cair uma ferramenta sobre a cabeça da esposa, que segurava a escada, ferindo-a levemente.
- D) Marinalva, que coabita com a amiga Soraia, irritada com o fato de a amiga não ajudar na limpeza da casa, dá um empurrão nesta, que se desequilibra e bate com a cabeça na parede, ficando desacordada por cinco minutos. Ao acordar, a vítima, apesar de sentir dores por dois dias, se recupera plenamente, contando com a assistência de Marinalva, a qual não pretendia o resultado.
- E) Casemiro, desejando lesionar a própria mãe, tenta golpeá-la com um bastão, mas erra o alvo, atingindo um vaso. Aterrorizada, a vítima se encolhe esperando novo golpe, mas Casemiro, que poderia prosseguir com a ação, se apieda, cessando a execução do crime.

Questão 43

Sobre o crime de receptação, é correto afirmar que:

- A) não é possível a receptação que tenha como crime prévio uma outra receptação.
- B) majoritariamente, entende-se que, se a infração penal prévia for um ato infracional, não há receptação, pois esta tem como objeto material o produto de um crime.
- C) cuida-se de crime subsidiário ao delito de favorecimento real.
- D) aquele que encomenda a prática de crime patrimonial prévio não responde por receptação ao receber para si o produto do crime.
- E) a receptação qualificada admite a modalidade culposa.

Questão 44

São elementos caracterizadores do concurso de pessoas (coautoria e participação em sentido estrito), entre outros:

- A) liame subjetivo e relevância causal das condutas.
- B) pluralidade de agentes e pluralidade de infrações penais.
- C) liame subjetivo e pluralidade de infrações penais.
- D) acordo de vontades entre os agentes e relevância causal das condutas.
- E) pluralidade de agentes e acordo de vontades entre os agentes.

Questão 45

Terêncio, em razão da condição de sexo feminino, efetua disparo de arma de fogo contra sua esposa Efigênia, perceptivelmente grávida, todavia atingindo, por falta de habilidade no manejo da arma, Nereu, um vizinho, que morre imediatamente. Desconsiderando os tipos penais previstos no Estatuto do Desarmamento e levando em conta apenas as informações contidas no enunciado, é correto afirmar que Terêncio praticou crime(s) de:

- A) aborto, na forma tentada, e homicídio.
- B) aborto, na forma tentada, e feminicídio majorado.
- C) homicídio culposo, feminicídio majorado, na forma tentada, e aborto, na forma tentada.
- D) homicídio culposo e aborto, na forma tentada.
- E) feminicídio majorado.

Questão 46

O crime de registrar como seu o filho de outrem:

- A) não admite concurso de pessoas.
- B) tem como termo inicial do prazo prescricional a ciência da falsidade pela pessoa fraudulentamente registrada.
- C) é classificado como uma hipótese de falsidade ideológica.
- D) não admite transação penal em nenhuma de suas formas.
- E) pode ser praticado através da inscrição, no registro civil, de nascimento inexistente.

Questão 47

Desejando roubar um estabelecimento comercial, Celidônio rouba primeiramente um carro, deixando-o ligado em frente ao estabelecimento para a facilitação de sua fuga. Quando Celidônio se afasta, Arlindo casualmente passa pelo local e, vendo o veículo ligado, opta por subtraí-lo, dirigindo ininterruptamente até ingressar em outro Estado da Federação. Nesse contexto, é correto falar que Arlindo cometeu crime de:

- A) receptação.
- B) roubo.
- C) furto qualificado.
- D) furto.
- E) roubo majorado.

Questão 48

Encaminhar uma mensagem de texto a um policial civil que se encontra em outro município, xingando-o de ladrão, configura crime de:

- A) denúncia caluniosa.
- B) injúria.
- C) calúnia.
- D) difamação.
- E) desacato.

Questão 49

O crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP):

- A) é subsidiário ao estupro (art. 213 do CP).
- B) é uma hipótese de lenocínio.
- C) pressupõe violência ou grave ameaça como meios executórios.
- D) exige que a vítima seja mulher.
- E) pode ser praticado mediante conjunção carnal ou ato libidinoso diverso.

Questão 50

Abigail, depois de iniciado parto caseiro, mas antes de completá-lo, sob influência do estado puerperal, mata o próprio filho. Abigail praticou crime de:

- A) autoaborto.
- B) homicídio qualificado.
- C) infanticídio.
- D) consentimento para o aborto.
- E) homicídio.

**NOÇÕES DE DIREITO
PROCESSUAL PENAL****Questão 51**

Sobre o tema prisão preventiva assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade que ordenar a prisão fará expedir o respectivo mandado, salvo quando, por questão de urgência, nos crimes inafiançáveis, poderá a prisão ocorrer por ordem verbal do juiz.
- B) O mandado de prisão, na ausência do juiz, poderá ser lavrado e assinado pelo escrivão, *ad referendum* do juiz.
- C) O mandado de prisão mencionará a infração penal e necessariamente a quantidade da pena privativa e de multa, bem como eventual pena pecuniária.
- D) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- E) Não será permitido o emprego de força, salvo a indispensável no caso de resistência, de tentativa de fuga do preso, dos reincidentes e dos presos de alta periculosidade por terem passado pelo regime disciplinar diferenciado.

Questão 52

Sobre as características do inquérito pode se dizer que ele é:

- A) sigiloso e acusatório.
- B) acusatório e informativo.
- C) inquisitório e informativo.
- D) inquisitivo e público.
- E) sigiloso e contraditório.

Questão 53

Sobre o tema “ação penal”, assinale a alternativa que, embora não esgote toda a classificação, apresenta classificações corretas das ações penais quanto ao exercício.

- A) Ação penal privada incondicionada e ação penal pública condicionada.
- B) Ação penal pública personalíssima e ação penal pública subsidiária da ação privada.
- C) Ação penal pública condicionada à representação e à reclamação.
- D) Ação penal privada personalíssima, comum e subsidiária da pública.
- E) Ação penal pública, condicionada à requisição e condicionada à reclamação.

Questão 54

Considerando a regência legal e a orientação jurisprudencial no que tange à ação penal, assinale a alternativa correta.

- A) Na ação penal pública incondicionada o delegado de polícia para instaurar inquérito necessita da representação da vítima ou ofendido.
- B) No crime de lesão corporal leve no âmbito da violência doméstica contra mulher a ação penal é pública condicionada à representação.
- C) A representação é uma condição específica de procedibilidade.
- D) Após o recebimento da denúncia a representação torna-se irretratável.
- E) Na ação penal privada subsidiária da pública, a desídia do querelante não autoriza a retomada da ação pelo Ministério Público.

Questão 55

Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- A) No caso de réu solto, o prazo para a conclusão do inquérito é de 45 dias.
- B) No caso de réu solto, o inquérito deve terminar em 30 dias, prorrogáveis por autorização do Ministério Público.
- C) No caso de réu preso, o prazo para terminar o inquérito é de 10 dias, contados a partir da execução da prisão.
- D) No caso de réu preso, o prazo para terminar o inquérito é de 10 dias, contados a partir da expedição do mandado de prisão.
- E) No caso de réu solto, o inquérito deve terminar em 90 dias, prorrogáveis por autorização do juiz.

Questão 56

Diante da ocorrência de uma infração de menor potencial ofensivo, a autoridade:

- A) que tiver conhecimento da ocorrência do fato lavrará o auto de prisão em flagrante se presentes as circunstâncias que autorizem a prisão nos termos do art. 302 do CPP.
- B) policial representará pela prisão preventiva.
- C) que tiver conhecimento do fato lavrará o termo circunstanciado e encaminhará o autor do fato imediatamente ao juizado especial criminal, quando possível.
- D) policial representará pela prisão temporária.
- E) que tomar conhecimento da ocorrência do fato instaurará o inquérito policial por portaria.

Questão 57

Configura violência doméstica e familiar contra a mulher, atraindo, portanto, a competência do juízo especializado na matéria, qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, quando:

- A) baseada no gênero, salvo nas relações homoafetivas.
- B) baseada no sexo, salvo nas relações homoafetivas.
- C) baseada no gênero, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação ou da orientação sexual.
- D) a ocorrência se dê no âmbito da unidade doméstica envolvendo qualquer familiar independente do sexo da vítima.
- E) ocorra no âmbito da família, como, por exemplo, o caso do filho agride o pai.

Questão 58

São inadmissíveis, por serem ilícitas, as provas que:

- A) violam normas constitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas infraconstitucionais.
- B) violam a moral e os bons costumes.
- C) embora colhidas licitamente derivam das ilícitas.
- D) violam as normas constitucionais e legais, salvo se obtidas de boa fé pelo agente policial e forem imprescindíveis ao esclarecimento da autoria.
- E) violam normas infraconstitucionais, não recebendo o mesmo tratamento as que violam normas constitucionais por serem estas programáticas.

Questão 59

A prisão de qualquer pessoa deve ser comunicada e encaminhada a cópia do auto de prisão:

- A) à família do preso no prazo de 72 horas.
- B) quando o preso não tiver advogado, à Defensoria Pública no prazo de 24 horas.
- C) ao Ministério Público no prazo de 48 horas.
- D) ao Chefe de Polícia no prazo de 24 horas.
- E) ao Juiz no prazo de 48 horas.

Questão 60

A competência será determinada pela conexão:

- A) nos casos de concurso formal.
- B) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras.
- C) nos casos de crime continuado.
- D) quando duas ou mais pessoas foram acusadas pela mesma infração.
- E) nos casos de infração cometida em erro de execução ou resultado diverso do pretendido.

**LEGISLAÇÃO DE DIREITO PENAL
E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL****Questão 61**

Acerca da Lei nº 12.830/2013, a qual dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, assinale a alternativa correta.

- A) O inquérito policial não poderá ser avocado, ainda que por motivo de interesse público mediante fundamentação do superior hierárquico.
- B) Durante o processo criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- C) Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações administrativas.
- D) A remoção do delegado de polícia independe de ato fundamentado.
- E) O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

Questão 62

A pena prevista no crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), é aumentada de um sexto a dois terços, se:

- A) o autor for reincidente na prática do crime de tráfico de drogas.
- B) a infração tiver sido cometida por funcionários de serviço hospitalar, tais como médicos e enfermeiros.
- C) a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais.
- D) a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a intermunicipalidade do delito.
- E) sua prática envolver ou visar a atingir idoso ou gestante.

Questão 63

No que tange à Lei nº 9.296/1996, que regulamenta a interceptação de comunicação telefônica, assinale a alternativa correta.

- A) A decisão que autorizar a interceptação de comunicação telefônica será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de dez dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
- B) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- C) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido de interceptação de comunicação telefônica representado pela autoridade policial.
- D) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial, na instrução criminal.
- E) A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, excluindo-se o segredo de justiça.

Questão 64

Quanto à Infiltração de Agentes, com previsão na Lei nº 12.850/2013, que trata do Crime Organizado, pode-se afirmar corretamente:

- A) Não é punível, no âmbito da infiltração, a prática de crime pelo agente infiltrado no curso da investigação, quando inexigível conduta diversa.
- B) A infiltração será autorizada pelo prazo de até 3 (três) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada sua necessidade.
- C) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação requerida pelo Ministério Público independe de manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial.
- D) Será admitida a infiltração se houver indícios de infração penal de crime organizado, mesmo se a prova puder ser produzida por outros meios disponíveis.
- E) As informações quanto à necessidade da operação de infiltração serão dirigidas diretamente ao juiz competente, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após manifestação do Ministério Público na hipótese de representação do delegado de polícia.

Questão 65

Consoante a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997), assinale a alternativa correta.

- A) O condenado por crime previsto na Lei de Tortura, via de regra, iniciará o cumprimento da pena em regime semiaberto.
- B) A Lei de Tortura aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- C) O crime de tortura é inafiançável e suscetível de graça ou anistia.
- D) A condenação pela prática do crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- E) Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 70 (setenta) anos, aumenta-se a pena um sexto até a metade.

Questão 66

Quando o autor do crime de lavagem de capitais colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime, a pena:

- A) poderá ser reduzida de um sexto até a metade e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto.
- B) poderá ser reduzida pela metade e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto.
- C) poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto.
- D) poderá ser reduzida de um sexto até a metade e ser cumprida em regime exclusivamente aberto.
- E) poderá ser reduzida pela metade e ser cumprida em regime semiaberto.

Questão 67

Quanto à possibilidade de responsabilidade penal da pessoa jurídica pela prática de crimes ambientais e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar:

- A) É admitida, desde que em conjunto com uma pessoa física.
- B) É admitida, ainda que não haja responsabilização de pessoas físicas.
- C) Não é admitida, haja vista que a Constituição Federal apenas tratou de sua responsabilidade administrativa.
- D) Não é admitida, pois há vedação legal no Código Penal.
- E) Não é admitida, pois a pessoa jurídica é incompatível com a teoria do crime adotada pela Lei de Crimes Ambientais.

Questão 68

Acerca dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e suas alterações), pode-se afirmar que a:

- A) prisão temporária por crimes hediondos terá o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- B) progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
- C) prisão temporária por crimes hediondos terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- D) pena por crime hediondo será cumprida integralmente em regime fechado.
- E) progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes hediondos, dar-se-á após o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena, se o apenado for primário, havendo vedação em caso de ser reincidente.

Questão 69

De acordo com a Lei nº 5.553/1968, que dispõe acerca da apresentação e uso de documento de identificação criminal, assinale a alternativa correta.

- A) Constitui crime a retenção de qualquer documento de identificação pessoal.
- B) Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 10 (dez) dias, os dados que interessarem devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.
- C) O comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro não são considerados documentos de identificação pessoal englobados pela lei.
- D) Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado.
- E) Somente por ordem da autoridade policial ou judiciária poderá ser retido qualquer documento de identificação pessoal.

Questão 70

São circunstâncias agravantes dos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor:

- A) ocasionarem médio ou grave dano individual ou coletivo.
- B) serem praticados em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais.
- C) quando cometidos em detrimento de maior de setenta anos.
- D) quando cometidos em detrimento de gestantes.
- E) serem cometidos em época de estabilidade econômica.

NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL**Questão 71**

As lesões por precipitação são provocadas por energia de ordem:

- A) histoquímica.
- B) elétrica.
- C) mecânica.
- D) radiante.
- E) química.

Questão 72

A lesão provocada por projétil de arma de fogo disparado a curta distância e que incide perpendicularmente sobre a pele é considerada:

- A) incisa.
- B) cortocontusa.
- C) bioquímica.
- D) perfurocontusa.
- E) biodinâmica.

Questão 73

O documento médico-legal mais minucioso de uma perícia médica que visa a responder solicitação da autoridade policial ou judiciária é o(a):

- A) notificação.
- B) prontuário médico.
- C) depoimento oral.
- D) atestado médico-legal.
- E) relatório médico-legal.

Questão 74

A atuação do calor de forma direta sobre a pele humana provoca:

- A) blast.
- B) miliária.
- C) fratura.
- D) queimadura.
- E) geladura.

Questão 75

Durante perícia médico-legal realizada por ocasião do óbito de um indivíduo, o perito encontrou na árvore respiratória farta substância sólida, granular, semelhante a resíduos de escombros. Pode-se afirmar que o tal indivíduo foi vítima de:

- A) projétil de arma de fogo.
- B) soterramento.
- C) exaustão térmica.
- D) enforcamento.
- E) estrangulamento.

Questão 76

Os fenômenos cadavéricos são úteis para o diagnóstico da morte, podendo indicar a probabilidade ou a certeza da ocorrência desta. Neste sentido, assinale a alternativa correta.

- A) A putrefação é considerada um fenômeno cadavérico que indica a certeza da morte.
- B) A perda da sensibilidade é um sinal de certeza da morte.
- C) A mumificação é um sinal de probabilidade da morte.
- D) A rigidez cadavérica é considerada um fenômeno cadavérico que indica a probabilidade da morte.
- E) A corificação é um sinal de probabilidade da morte.

Questão 77

Uma perícia realizada indica que um indivíduo foi encontrado morto em um local em que a lâmina d'água era de vinte centímetros. Dentre os principais sinais externos, o cadáver estava com a face virada para baixo, com baixa temperatura da pele e cogumelo de espuma no interior da boca, além de maceração da derme e pele anserina. Com base nos elementos citados acima, pode-se presumir que a morte foi provocada por:

- A) estrangulamento.
- B) instrumento cortocontundente.
- C) energia radiante.
- D) afogamento.
- E) instrumento contundente.

Questão 78

No que diz respeito às perícias realizadas após a ocorrência de crime contra a dignidade sexual, pode-se afirmar que:

- A) é incabível a realização de exames de DNA para determinação do autor de estupro.
- B) o delegado de polícia não possui atribuição para solicitar exame de corpo de delito.
- C) não é possível a realização de exames desta natureza em cadáveres.
- D) a ruptura do hímen é um sinal de certeza de conjunção carnal.
- E) é inviável a realização de exames desta natureza em mulheres grávidas.

Questão 79

Um mergulhador que sai do fundo de um rio e sobe muito rapidamente pode estar sujeito aos efeitos da descompressão. Tal fato é considerado um:

- A) barotrauma.
- B) fenômeno abiótico imediato.
- C) fenômeno abiótico consecutivo.
- D) afogamento.
- E) fenômeno cadavérico transformativo.

Questão 80

Durante operação de rotina, a Polícia Militar identificou um indivíduo dirigindo de maneira descontrolada, tendo sido abordado e encaminhado para a Polícia Civil. Ao chegar na Delegacia, os policiais civis perceberam que tal indivíduo estava com andar cambaleante. Encaminhado para perícia no Instituto médico-legal, o perito afirma que o indivíduo examinado está com forte hálito de álcool, taquicardia e congestão das conjuntivas. Pode-se afirmar que estes são sinais que representam:

- A) um exemplo de intermação.
- B) um exemplo de síncope térmica.
- C) um exemplo de insolação.
- D) manifestações da embriaguez.
- E) manifestações das baropatias.